

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Está esperando o quê?

O governo federal já fez as contas e aguarda a redução do preço dos combustíveis na bomba em, pelo menos, R\$ 0,60, por causa da nova lei do ICMS aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República. Esse era o efeito a curto prazo esperado pela área política do governo.

Não adianta tirar o general

Mesmo com toda a confusão e reclamações do presidente Jair Bolsonaro a respeito do preço dos combustíveis, os mais próximos do chefe do Executivo consideram que trocar o presidente da Petrobras, o general Silva e Luna, não resolverá o problema. A alta do dólar que, certamente, viria nesse momento, por causa da troca na empresa, seria mais um fator para elevar o valor dos combustíveis na bomba.

Chave de ouro

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, chega hoje ao Brasil com mais uma boa notícia para o setor: a abertura do mercado canadense para a carne brasileira, bovina e suína. Ela deixa o cargo no final deste mês com um rol de novos mercados para os produtores brasileiros.

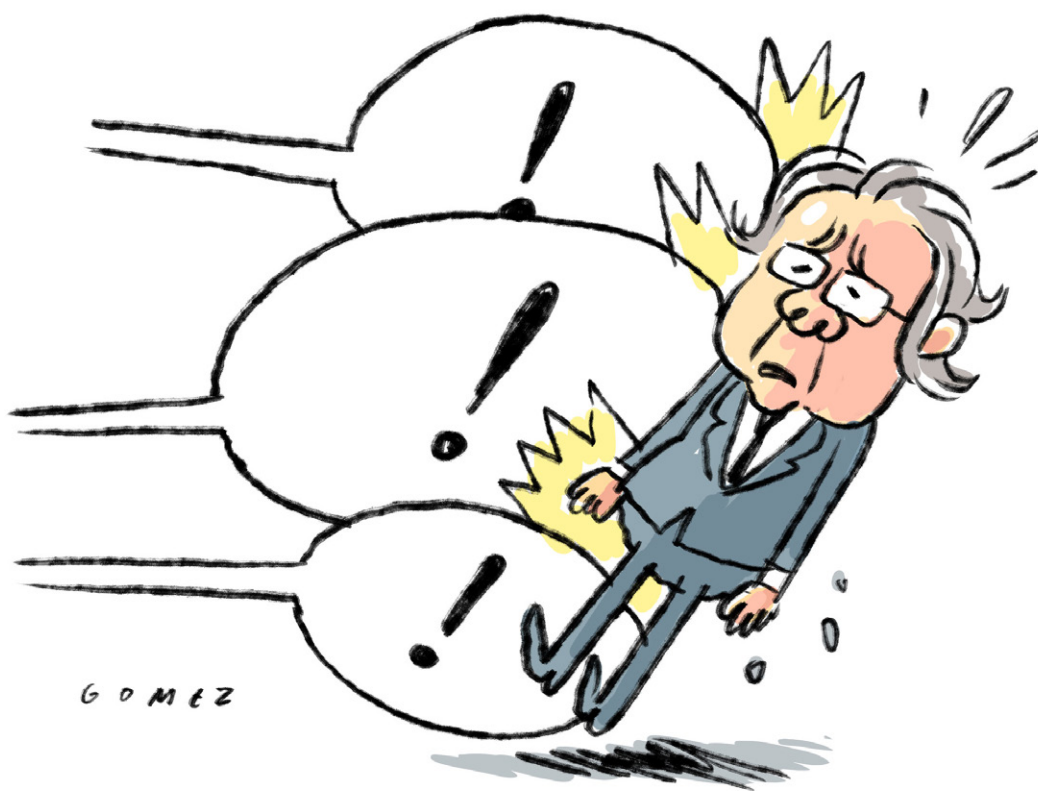
Olhar de especialista

O governo federal abriu audiência pública, no mês passado, para a aquisição de insulina humana. O plano é comprar 66,2 milhões de canetas descartáveis ou refis (tubetes). Beleza. Só tem um probleminha: o custo é três vezes maior do que o dos tradicionais frascos do medicamento: R\$ 3,39 contra R\$ 1,14, segundo dados do portal de licitações governamentais o *compras.net* e da consultoria do setor farmacêutico. “Por que a insistência em comprar este ano, na forma de canetas e refis? É praticamente todo o volume adquirido em 2021. Por que não adquirir na forma de frascos, que são mais baratos? Quantos fornecedores são capazes de atender a essa demanda?”, pergunta o médico sanitário Gonzalo Vecina, um dos fundadores do SUS.

Trio forte deixa Paulo Guedes sob pressão

Quando a Presidência da República, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados se unem em torno de uma causa, é difícil perder a briga. A máxima, sempre dita em conversas políticas, vale, agora, para a crise do preço dos combustíveis e deixa claro, na avaliação de muitos, que o ministro da Economia, Paulo Guedes, não terá grande poder de manobra para evitar o subsídio governamental voltado a segurar os preços dos combustíveis.

A análise dos políticos ligados ao presidente Jair Bolsonaro é de que, se a guerra perdurar, terá de haver o subsídio para que os preços não subam ainda mais, comprometendo de vez o controle da inflação, o que atinge todos os brasileiros. E quanto mais próximo da eleição, mais a área econômica será pressionada nesse sentido e terá de arrumar dinheiro para atender a essa demanda. O preço dos combustíveis é, hoje, a maior preocupação do Planalto.



CURTIDAS

Leão no ataque/ Ao anunciar o rompimento da aliança de 14 anos com o PT, o vice-governador João Leão avisa que não brigou com ninguém e que seu futuro político está em aberto. “Como vice-governador, posso ser candidato ao governo ou a senador. As conversas dos próximos dias dirão”, afirmou à coluna. O prazo do vice-governador é esta quinta-feira.

Hora da acomodação/ Os parlamentares Carla Zambelli (SP) e Eros Biondini (MG) se filiam, hoje, ao PL de Jair Bolsonaro. No DF, a secretária de Justiça, Marcela Passamani, também segue para a legenda. Bia Kicis marcou seu ingresso no partido para sábado, com uma nova onda de filiados.

De grão em grão.../ O poder de atração do PL, partido de Jair Bolsonaro e de Valdemar da Costa Neto (foto), nunca foi tão grande. Começou o governo com quatro senadores. Agora, já tem 10.



Grupo de notáveis/ O advogado Kiko Caputo, conselheiro federal da OAB pelo DF, assumiu, ontem, um assento na Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da Ordem, grupo que reúne alguns dos principais nomes do direito no país, como o jurista e ex-presidente da OAB Marcus Vinícius Furtado Coelho. A posse foi prestigiada por três ministros do STF: Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Nunes Marques.

COMBUSTÍVEIS

Subsídio só por calamidade

Economia admite a subvenção a produtos, defendida por Bolsonaro, apenas se a guerra se prolongar com impacto devastador

» ROSANA HESSEL

Após o presidente Jair Bolsonaro (PL) admitir lançar mão de subsídios para conter a alta do preço dos combustíveis, o ministro da Economia, Paulo Guedes, evitou, ontem, dar declarações contrárias à do chefe, mas, na pasta, a palavra de ordem é não aprová-los. Segundo interlocutores, Guedes considera, no entanto, a hipótese da criação de uma subvenção “para um suposto estado de calamidade”.

Conforme informou uma fonte do governo, o ministro pode considerar essa possibilidade cogitada pelo presidente se a guerra na Ucrânia continuar por mais semanas e “o impacto for devastador no mundo, e não apenas no Brasil”, fazendo o petróleo atingir novos patamares recordes, como ocorreu recentemente, quando o barril chegou a US\$ 139, o maior valor em 14 anos.

A equipe econômica está preocupada com os impactos negativos de novos subsídios para conter a alta dos combustíveis,

como risco de romper o teto de gastos, o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além dos efeitos indiretos no câmbio, valorizando o dólar, e na inflação.

Modulação

A torcida no ministério é para que o preço do petróleo continue baixando. “Estamos trabalhando para o que o fator externo, a guerra, não impacte no mercado. Estamos modulando ações”, disse uma fonte do governo.

Na sexta-feira, Bolsonaro sancionou a lei que muda a regra do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis e zera a alíquota de PIS/Cofins incidente no óleo diesel, com impacto de R\$ 0,33 no litro, do lado da União, e R\$ 0,27 no litro, do lado dos estados, pelas estimativas de Guedes. O imposto para o querosene de aviação também foi zerado. O efeito potencial do projeto deve ser em torno de R\$ 20 bilhões. A tributação federal sobre os combustíveis custa em torno de R\$ 60 bilhões por ano.

Edu Andrade/Ascom/ME



Guedes em evento com Bolsonaro: ministro está preocupado com os impactos negativos de um eventual novo subsídio

» Pedido de investigação sobre suposta interferência de Bolsonaro na Petrobras

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), pediu ao órgão que investigue uma possível interferência do presidente Jair Bolsonaro na Petrobras. A representação foi impetrada no TCU e distribuída ao ministro Augusto Nardes. Segundo o procurador, a União, na qualidade de acionista controladora da Petrobras, por intermédio do chefe do Executivo e da equipe do Ministério da Economia, “pretende interferir em decisão corporativa da empresa estatal” referente à política de preços. Na peça, Furtado cita reportagens jornalísticas sobre a queda no valor da ação da Petrobras após falas de Bolsonaro. “Não há nenhuma justificativa técnica para que o acionista controlador venha a alterar unilateralmente a atual política de preços da estatal de petróleo, sob o exclusivo argumento de conter a elevação do preço dos combustíveis”, frisou.

Isenção para gasolina pode custar R\$ 27 bi

O presidente Jair Bolsonaro esquentou a “guerra” política travada no governo para a adoção de novas medidas capazes de segurar o impacto nas bombas da alta do preço do petróleo. Ao acenar com a redução, também, de tributos sobre a gasolina, ao custo de quase R\$ 27 bilhões aos cofres públicos, o chefe do Executivo deixou claro que vai passar por cima da orientação da equipe econômica de não bancar

uma desoneração indiscriminada. Ele ainda culpou o Senado por não ter aprovado, na semana passada, a medida junto com o corte de tributos do diesel.

Segundo o presidente, um projeto de lei complementar poderá ser encaminhado para impedir que todo o reajuste concedido pela Petrobras chegue às bombas. Ele também já avisou aos auxiliares que pretende aumentar o vale-gás. Hoje, o governo banca

50% do preço médio do botijão (13kg) para cada família de baixa renda que recebe o Auxílio Brasil. Bolsonaro quer que o programa pague o preço de todo o gás.

O impacto da desoneração da gasolina poderá alcançar R\$ 23,84 bilhões de PIS e Cofins e mais R\$ 3,01 bilhões da Cide, contribuição que incide sobre os combustíveis. Já o vale-gás tem custo de R\$ 1,9 bilhão. Os cálculos são do Ministério

da Economia, que vê a redução maior de impostos, abrangendo também a gasolina, com grande risco e pouca eficiência.

Uma preocupação adicional é a retirada da desoneração com a eventual melhora do cenário internacional que estabilize a volatilidade de preços do petróleo. Na área de incentivo tributário, a máxima em Brasília é de que é mais fácil conceder e muito difícil acabar com ele.